

São Paulo, 10 de maio de 2011.

PARECER TÉCNICO. 194/11 IPHAN-SP

Do: Setor de Preservação do Patrimônio Arqueológico IPHAN/SP

A: Superintendente da 9ª SE/IPHAN/SP

Ass.: Análise e Parecer

Ref do Diagnóstico Arqueológico Não- Interventivo para Implantação do
Residencial Lago Azul, Paulínia /SP

Prezada Superintendente,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste
instrumentalizar Vossa Senhoria sobre o assunto em epígrafe.

Trata-se do Relatório Final do Diagnóstico Arqueológico Não-
Interventivo para Implantação do Residencial Lago Azul, município de Paulínia,
Estado de São Paulo.

O relatório realizado para o projeto em tela não identificou a existência
de sítios arqueológicos ou registros arqueológicos in situ que possam indicar a
presença de patrimônio arqueológico nesta área; entretanto afirma que vários
trechos não apresentaram a visibilidade necessária para uma avaliação conclusiva.
O mesmo ressalva a presença de geoindicadores arqueológicos, bem como atenta
para o rico potencial arqueológico da região de Campinas.

Assim sendo, considerando que se trata de uma vistoria não-interventiva o
que não possibilita a aferição da presença de sítios arqueológicos em profundidade,
e , em face da necessidade de aprofundamento dos estudos, por um lado, e do
cumprimento da legislação vigente do outro, este IPHAN na perspectiva da

salvaguarda do Patrimônio Arqueológico, é favorável a emissão de Licença Prévia (LP).

A emissão de Licença de Instalação (LI) fica condicionada a execução de um programa de prospecções arqueológicas inseridas num programa de gestão do patrimônio arqueológico que contemple, inclusive, um Programa de Educação Patrimonial. As ações básicas que devem comparecer no programa apresentam-se abaixo descritas:

- 1) Envolvimento direto da comunidade nos processos de diagnóstico, prospecção e resgate, quando houver.
- 2) Elaboração de material lúdico para a compreensão e entendimento dos conceitos básicos de memória, arqueologia, passado, cultura material, patrimônios, etc.
- 3) Elaboração e distribuição de material gráfico nas diversas fases do programa, em sintonia com as fases específicas do licenciamento arqueológico e ambiental.
- 4) Ações discursivas e palestras devem sempre ser acompanhadas por um rico material didático áudio-visual, elementos da cultura material arqueológica, etnográfica e contemporânea.
- 5) A elaboração de cartilhas deve ser sempre uma necessidade e deve ser alinhada com a realidade arqueológica e etnográfica, com produção de livro de professor e cartilha aluno.
- 6) As cartilhas devem levar em conta a comunidade informal, não escolarizada e que não tem acesso à escola.
- 7) As exposições didáticas devem acontecer próximas aos locais do impacto e das pesquisas arqueológicas e prever obrigatoriamente o treinamento de pessoal local como guias da exposição.

- 8) A possibilidade de musealização de sítios "in situ" deve ser considerada como um dos ativos culturais mais expressivos do exercício dos direitos culturais e de ampliação da cidadania.
- 9) Devem ser consideradas as artes cênicas, musicais, plásticas, circenses enquanto veículo de extroversão do conhecimento arqueológico.
- 10) A plataforma multimídia deve ser explorada como forma de multiplicação do conhecimento arqueológico adquirido em cada programa de arqueologia preventiva.

O programa de educação patrimonial deve sempre ser pensado em pelo menos duas vertentes; a formal e a informal. A formal engloba as escolas e outros espaços de educação continuada, a informal deve pensar em outros espaços usados pelos trabalhadores e pela comunidade não escolar em geral. As ações de educação patrimonial devem ser de natureza compatível com a envergadura de cada empreendimento, em consonância com as etapas de licenciamento ambiental para ao caso dos projetos de arqueologia preventiva, uma vez que os programas de Educação Patrimonial devem comparecer desde a fase inicial que incluem desde o programa de diagnóstico arqueológico até a fase de extroversão e devolução dos bens arqueológicos musealizados a população com acessos públicos, inclusivos aos grupos vulneráveis e com segurança do ponto de vista da conservação e preservação.

Solicitamos informar aos interessados sobre as condicionantes necessárias à continuidade do processo de licenciamento ambiental.

Sem mais, este é o parecer.



Marise Campos de Souza



Rossano Lopes Bastos

Setor do Patrimônio Arqueológico – IPHAN/SP